

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS**, CNPJ n.º 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR vem justificar a presente dispensa de licitação, para atendimento as necessidades deste CONIMS.

1. OBJETO E LEI DE REGÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema completo de sonorização para o auditório do CONIMS, incluindo equipamentos de áudio, acessórios, instalação técnica, configuração, regulagem acústica e testes de funcionamento para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

1.2. Sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste termo e seus anexos, caput e inciso II do artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021 e Resolução CONIMS nº 012/2025 e demais legislações aplicáveis.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a justificativa de demanda emanada pelo Coordenador do Setor de Controladoria de Execução deste CONIMS, bem como o levantamento técnico e quantitativo em documento anexo ao processo, elaborado pelo setor demandante, verifica-se a necessidade de contratação do presente objeto.

Considerando que o sistema de sonorização atualmente disponível apresenta limitações técnicas, com perda de qualidade sonora e comprometimento da comunicação entre os participantes, impactando diretamente a eficiência das reuniões, capacitações e eventos institucionais realizados no auditório.

Considerando que a presente contratação visa assegurar melhor desempenho acústico, confiabilidade operacional e qualidade na comunicação, contribuindo para o adequado desenvolvimento das atividades institucionais e atendimento ao interesse público.

Considerando-se que não há contratações atuais com objetos semelhantes, sendo assim não ultrapassam o valor máximo para contratações por dispensa de licitação, observando-se o que consta na resolução CONIMS Nº 012/2025.

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

*I - o somatório do que for despendido **no exercício financeiro** pela respectiva unidade gestora;*

*II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no **mesmo ramo de atividade**.*

(...)

§ 8º Considera-se ramo de atividade o segmento econômico de mercado à qual pertença o objeto da contratação, podendo ser identificado, de forma auxiliar e não exclusiva, pela subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), devendo-se considerar, com prioridade, a natureza do objeto contratado, sua finalidade pública, sua identidade funcional e a possibilidade de contratação conjunta, sob o ponto de vista do planejamento da Administração;

Diante do exposto, verifica-se que o objeto em análise se enquadra como bem comum, cujas especificações são usuais no mercado e passíveis de definição objetiva, sendo facilmente identificáveis por parâmetros mercadológicos.

Assim, considerando a natureza e a finalidade do objeto, conclui-se que a dispensa de licitação constitui a forma mais adequada e legal de contratação em virtude do valor, nos termos do art. 75, caput e inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da natureza do objeto e da vantajosidade para a Administração atendendo aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público.

Pato Branco/PR, 30 de março de 2026.

GESLANI CRISTINA GRZYB PINHEIRO
COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

MEX**1R3****VWD****RX3**